



Câmara dos Deputados
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE
SERVIÇO PÚBLICO**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com vistas a discutir o Projeto de Lei nº3499/2012, que “altera o Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967” (Código de Mineração).

Senhor Presidente,

Com base no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a V. Excelência a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com vistas a discutir o Projeto de Lei nº3.499/2012, que “altera o Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967” (Código de Mineração). Para tanto, solicitamos sejam convidados (as), entre outros (as):

- I) Representante do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- II) Ministro de Estado de Minas e Energia;
- III) Representante dos Estados e Municípios;
- IV) Presidente da Comissão Especial da Câmara que discute o Código de Mineração, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG); e
- V) Representante ou titular de direito de lavra.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 3499/2012, de autoria do nobre deputado Rogério Peninha Mendonça, propõe que a União, o Estado ou o Município possam requerer a transferência da titularidade de lavra de minério utilizado na construção civil, de particular para o seu uso próprio, com a consequente indenização, pelo valor de mercado, das reservas ainda não exploradas do minério e das benfeitorias.

Nem o atual nem a presente proposta de Código de Mineração, que tramita na casa, preveem esta possibilidade.

Trata-se de uma proposta que, a princípio, seria de interesse público, ao propiciar ao Poder Público a requisição da transferência de titularidade dos direitos de lavra, naqueles locais onde todas já estejam requeridas. Porém, a forma de pagamento não atende ao interesse público, pois pressupõe que o titular dos direitos seja proprietário de toda a reserva ainda não explorada.

Há que se reconhecer o mérito do projeto, ao trazer o tema à baila. Porém, por se tratar de tema altamente polêmico, que importa em impacto para todos os entes federativos do país, e que há uma Comissão Especial no âmbito da Câmara Federal atualmente tratando da votação de um novo Código de Mineração, sugerimos a realização de Audiência Pública.

Em face do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2015.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**